

TOPICOS

ENSINO INDUSTRIAL

A administração brasileira, sob o Governo de Nilo Peçanha, pode-se dizer, sem temor, foi a criadora do Ensino Industrial em nosso País, ensino este a princípio acolhido com certa reserva, devido a mentalidade "doutoral" da época, que mal compreendia a razão de ser de tal ato, e devido, também, ao pobre e ridículo orgulho herdado do século imperial, criador da celeberrima frase "Brasil, país essencialmente agrícola".

Tão relevante iniciativa somente se consolidou através das Escolas de Aprendizes Artífices, e Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, a primeira, destinada à formação profissional de menores, e, a segunda, à de professores especializados para as Escolas de Aprendizes Artífices, onde muitos dos nossos atuais chefes de empresas industriais tiveram sua iniciação profissional.

Nas Escolas de Aprendizes Artífices podiam os alunos adquirir, a par da instrução técnico-cultural, a instrução militar, pois cada uma delas possuía o seu Tiro de Guerra, onde o jovem adquiria o conhecimento da Escola do Soldado e o seu certificado militar, e, se por um dos caprichos incoercíveis da vida, fôsse o jovem de idade militar forçado a abandonar seu curso, já o certificado supriria o tempo que ele iria frequentar no Quartel, a fim de obtê-lo logrando, assim, uma colocação lucrativa, para sua subsistência e de seus dependentes.

O currículo escolar compreendia as seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Desenho Geométrico, Trabalhos manuais, Ciências Físicas e Naturais, Higiene e trabalhos de oficinas, tais como de Serralheiro, Torneiro, Sapateiro, Alfaiate, Marceneiro, Correioiro. A forma de admissão para as Escolas de Aprendizes Artífices era feita mediante prévio exame de saúde e ligeira prova de alfabetização, sendo que o aluno frequentava obrigatoriamente todas as especialidades e dedicava-se a uma delas em particular, a seu gosto.

O índice de aproveitamento das Escolas de Aprendizes Artífices foi cada vez maior, beneficiando-se o nosso País com esses técnicos, que se apresentavam, assim, para corroborar o aforisma de que só os povos industrialmente fortes poderão subsistir.

O consentimento por parte de nossa Administração para a instalação das Casas Salesianas no Brasil maior incremento deu à causa do Ensino Técnico-Profissional, ao disseminar o Ensino Industrial através de estabelecimentos esparsos em todo o Território Nacional, e, principalmente, no sertão e interior do Brasil, como, por exemplo, as Casas Salesianas da Amazônia e de São Paulo. Outras ordens religiosas infundiram a luz do progresso e da instrução na Hinterlândia brasileira.

A Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, como disséramos, tinha por missão formar os mestres e professores das Escolas de Artífices, criadas em todo o País. Ministrava Curso Normal, para formação dos professores e também um curso profissional mais elevado, pois somente adolescentes podiam ter ingresso em seus cursos mediante um exame de admissão em que eram verificados conhecimentos nas seguintes matérias. Português, Aritmética, Desenho Geométrico, Geografia e História do Brasil. Aprovado, ingressava o aluno na seriação apropriada para professor e mestre de oficina, durante seis anos, tempo que durava o curso.

Pelo Decreto número 6.222, de dezembro de 1933, o governo realizava a primeira reforma, dando maior amplitude ao ensino industrial, com a criação de Escolas Técnicas e Escolas Industriais. O autor da reforma, compreendendo bem as necessidades do País, em particular nas suas regiões, procedeu de tal modo que não houve descontentamento por parte dos interessados. Senão vejamos, Escolas Técnicas foram criadas nos seguintes Estados: Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás. Escolas Industriais foram criadas nos Estados: Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso.

Alenta a alegria de todos aqueles que se entusiasmarão pelas coisas do ensino, o reconhecimento das várias Escolas Técnicas criadas anteriormente ao período áureo de 1910, depois do início da legislação do ensino industrial, que, como toda coisa no seu princípio, apresenta senões, enganos, erros mesmos, para posteriormente ser melhorada, burilada até alcançar a perfeição que os homens podem conseguir. De início, muitos não atinavam com a divisão de Escolas Técnicas e Escolas Industriais, pois uma omissão no Decreto concorrera para estabelecer a confusão. No entanto, para sanar tal fato na justificativa para localização dos estabelecimentos de ensino, foi exposta a razão de ser da divisão, — é que as Escolas Técnicas abrangiam os cursos técnicos, pedagógicos, industriais e de mestría, ao passo que as Escolas Industriais compreendiam apenas os cursos industriais e de mestría.

Dêsse modo, preparando as gerações futuras de nosso País, quicá lembrando as palavras de fogo de José Bonifácio de Andrada e Silva, na famosa "Representação sobre a Escravatura": — "O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria, e todo país que as não tiver por base, será como a estátua de Nabucodonosor, que uma pedra desprendida da montanha derribou pelos pés, edifício fundado em areia solta, que a mais pequena borrasca abate e desmorona" — fez o governo que se efetivasse a reforma do ensino industrial, ampliando-a, prevendo

o cataclisma que houve — a guerra de 939-945, de tão funestas conseqüências na indústria e no comércio do país.

Já em fevereiro de 1942, pelo Decreto-lei número 4.127, nova reforma, desta vez nas disciplinas dos cursos técnicos e nos cursos industriais, ainda mais beneficiou os discentes de ambos os cursos, principalmente na parte técnica, com o desenvolvimento das oficinas mecânicas e de artes

aplicadas. Tal reforma redundou em novo Decreto-lei, o de número 4.983, de 21 de novembro de 1942, que, embora cedo, mas necessário, veio transformar as escolas em "centros de produção industrial para atender às exigências da guerra".

Atendendo a todos estes fatores, pode o nosso governo incutir na nova geração do país, a par da instrução cultural, a instrução técnica, tão útil sob todos os pontos de vista.

* * *

Estamos Emergindo da Crise Agrícola

MAIOR ÁREA CULTIVADA
E AUMENTO DA PRODUÇÃO
DE SUBSISTÊNCIA — ME-
LHORAM ALGUNS ÍNDICES

DE RENDIMENTO MÉDIO DA TERRA

As atividades rurais, no seu amplo sentido, constituem a base da vida econômica brasileira. E' este um fato de consenso geral, como também o é a crise da agricultura, de causas múltiplas e complexas.

Já se tem asseverado, para caracterizar a crise agrícola, que a produção se desenvolve em ritmo mais lento que o consumo. No entanto, na conferência que o Sr. Ministro da Agricultura pronunciou na Escola de Estado Maior do Exército, em julho último, provou aquêle titular, à vista de dados oficiais cuidadosamente coligidos, o exágêro que encerra tal afirmativa.

Na verdade, estamos emergindo dessa crise, fato auspicioso que as últimas apurações estatísticas revelam. A área cultivada em 1947, que só havia aumentado de pouco mais de 70 mil hectares sobre o ano anterior, passou de 15.667.130 hectares, naquele ano, para 16.247.162 em 1948, registrando-se o acréscimo de 580 mil hectares.

O volume da produção agrícola, que já vinha em marcha ascendente, sofreu aumento substancial de 1947 para 1948, quando atingiu a 62.250.032 toneladas, isto é, mais 6,6%.

MAIOR VOLUME DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Os dados apurados pelo Serviço de Estatística da Produção, referentes a 1948, permitem verificar-se que vão mudando os rumos tradicionais da nossa agricultura — de há muito voltada para os produtos de exportação —, no sentido de uma lavoura de subsistência, capaz de assegurar o suprimento de gêneros alimentícios essenciais ao mercado interno. Tal resultado reflete a orientação administrativa do Governo, de proporcionar maior e mais direta assistência aos lavradores, com a

criação dos Postos Agropecuários e outras medidas de transferência, para o interior, de serviços de fomento agrícola, quase sempre em regime de cooperação entre a União e os Estados.

Que dessa orientação estão resultando os efeitos esperados comprova-o o incremento na produção dos cereais básicos — arroz, milho e trigo, cuja área cultivada aumentou de 2,6%.

Consideradas as sete culturas mais importantes para a alimentação (arroz, batata, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e trigo), o aumento de área cultivada foi de 3,2%, registrando-se na quantidade produzida o acréscimo geral de 6,2%.

E' de notar que, em virtude da melhoria dos processos culturais, o rendimento médio por hectare, nessas sete principais lavouras de subsistência, elevou-se de 2,8%

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A diminuição da produtividade da terra é um fato verificado em relação a certas culturas, mas a tendência geral é para o aumento do rendimento médio, que, ao lado do constante acréscimo das áreas cultivadas, vem garantir um acentuado ritmo ascendente da produção agrícola. Dêsse modo, já não se pode mais falar em estacionamento dessa produção em contraste com o crescimento demográfico, pois os índices de incremento da produção agrícola brasileira já ultrapassam os da população, tendendo assim a corrigir o grave fenômeno que causava justas apreensões.

Campanhas como a do trigo ampliaram a área cultivada em 77,7% para 1948, elevando a produção de 212.513 para 410.855 toneladas, em igual período. Em outras culturas fundamentais para a alimentação, como as de mandioca e milho, o rendimento médio por hectare melhorou em 3% e 1%, respectivamente, de 1947 para 1948.